

A Importância do Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais

PASSOS, Alice dos.¹
Oliveira, Isadora.²
CAVALEIRO, Silvia.³

RESUMO O presente artigo tem por objetivo abordar a importância do Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na formação acadêmica dos futuros educadores, no qual enfatiza que esses estudantes necessitam de experiências durante todo o seu processo de formação. O trabalho tem o intuito de informatizar de todos sobre a importância de tais experiências que o período do Estágio proporciona aos acadêmicos de Licenciatura. A pesquisa inicia com uma breve explanação histórica e comenta sobre as leis que regem a Educação, das séries iniciais até a formação superior. O método utilizado para a elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, na qual as informações citadas durante o trabalho foram de Pimenta e Lima (2012), Pimenta (1995) Piconez (1991), Aranha (2006) e alguns documentos oficiais e legislações que regem a Educação como Constituição Federal de 1988, Lei das Diretrizes e Bases entre outras. O Estágio Supervisionado é considerado o momento em que a teoria é aliada à prática. É o espaço em que o estudante experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação. Trata-se de um período de reprodução de modelos e técnicas, privilegiando conhecimentos e habilidades que possam ser úteis para que os profissionais docentes enfrentem os novos desafios que se apresentam cada vez mais complexos no contexto educacional. Sendo assim, percebeu-se que a formação perpassa as instâncias do conhecimento científico e metodológico. Frente a novos desafios, é preciso formar e formar-se enquanto profissional reflexivo, autônomo, capaz de compreender a realidade em que atua e seu papel nesse ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio. Formação acadêmica. Ensino Fundamental. Anos Iniciais.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais na graduação de Licenciatura, e apresenta referências dos autores Pimenta e Lima (2012), Pimenta (1995) Piconez (1991), Aranha (2006), AMOP – Associação Dos Municípios Do Oeste Do Paraná - Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Currículo para Rede Pública Municipal de Cascavel, Parâmetros Curriculares Nacionais e outros documentos oficiais, numa pesquisa bibliográfica. O primeiro momento discorrer-se-á sobre a lei que ampara o acadêmico do direito do Estágio Obrigatório, e a importância deste na graduação durante o processo de formação de educadores. Em seguida far-se-á uma breve corrente histórica da Educação no Brasil, apresentando brevemente a partir do Período Jesuítico (1549) até a atualidade. E por fim, um pouco sobre as legislações que amparam os direitos e a obrigatoriedade de as crianças estarem inseridas numa instituição de ensino. Com base nos documentos oficiais e legislações

¹Estudante do 6º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário FAG. E-mail: alicedospassos2014@hotmail.com

²Estudante do 6º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário FAG. E-mail: isaoliveira0210@outlook.com

vigentes apresentar-se-á brevemente sobre o Currículo de Cascavel-PR abordando as disciplinas e os Temas Transversais que se encontram nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 conceitua o Estágio como um procedimento educativo, que norteia e qualifica o educando para a vida profissional. A prática do Estágio pode ocorrer desde que o aluno esteja frequentando o Ensino Regular em uma instituição de Ensino Superior, Ensino Profissional ou Ensino Médio. No Art. 1º § 2º da Lei do Estágio diz que “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.”

Na Lei nº 11.788 consta as possíveis possibilidades de Estágio que podem ser realizados na modalidade obrigatório (supervisionado) e não-obrigatória, remunerado ou não-remunerado. Nos parágrafos 1 e 2 do Art. 2º da Lei nº 11.788/08, esclarece a respeito destas modalidades citadas acima: “§ 1º Estágio obrigatório é definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.” (BRASIL, 2008, p.1). Que faz parte do currículo institucional do curso de formação. “§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008, p.1).

O Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais é o período em que o estudante tem a oportunidade de observar e o que ele aprendeu na teoria, e aplicar à prática escolar. Por isso, a disciplina de Estágio Supervisionado é de suma importância na formação de todos os acadêmicos.

Pimenta (1995), em seu livro “O Estágio na Formação de Professores”, traz alguns depoimentos de pessoas que participaram do aperfeiçoamento no CEFAM - Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério. Criado no início dos anos 80, traz o relato de uma aluna que participa deste aperfeiçoamento e comenta um pouco sobre a importância do Estágio. Discorre que é uma experiência ótima, ajuda no crescimento pessoal e profissional, uma prática muito próxima a realidade, pois o acadêmico tem vivências em várias instituições como estaduais, municipais e privadas.

O período do Estágio é o tempo de verificar se a teoria realmente almeja a prática, ou é somente o discurso popular que diz “na prática a teoria é outra”. A real intenção do Estágio é mostrar que a teoria é indissociável da prática, que em campo (prática) se observe para futuramente refletir (teoria), e buscar o aperfeiçoamento, pois a identidade de um educador é construída a partir das

experiências realizadas dentro de toda a sua vida acadêmica. Pimenta e Lima (2012), discursam sobre a imitação de modelos, e ressaltam que:

[...] o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco nos observando, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. (PIMENTA E LIMA, 2012, p.35).

A disciplina de Estágio Supervisionado, principalmente na área de educação, não é só mais uma fase na formação acadêmica, mas um momento enriquecedor em que os acadêmicos alcançam experiências didáticas, para serem discutidas e talvez repensadas e moldadas para melhorar seu perfil profissional. PIMENTA (1995, p.13) comenta que “O objetivo desta é que os alunos apreendam a realidade da sala de aula, examinando sobretudo o processo de ensino-aprendizagem em comparação com os conteúdos das disciplinas que estão sendo ministradas.”. Essa experiência que o Estágio nos proporciona é de suma importância para a formação acadêmica de todos os estudantes, visto que será a partir desta realização que se poderá vivenciar a verdadeira relação entre teoria/prática.

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais se caracteriza a partir da Lei nº11.274 de 06 de fevereiro de 2006, com a inserção obrigatória das crianças com seis anos de idade, e também por ser o período de alfabetização das mesmas.

Contudo, para que essa lei viesse a vigorar e compreendermos o caminho, torna-se necessário retornarmos à história a partir da colonização do Brasil. A educação não constituía meta prioritária, pois que trabalhavam na agricultura e não era exigida a formação especializada. A história da Educação Brasileira começou por volta do ano de 1549 com o Período Jesuítico (1549-1759), com a catequização dos indígenas e dos filhos dos colonos, e tendo a finalidade de convertê-los e impossibilitá-los que se distanciassem da Fé Católica. Foi neste contexto com uma escola “de ler e Escrever”, que se inicializou o processo de escolarização no Brasil. “Nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra”. (ARANHA 2006, p. 140).

Depois dos 210 anos de missões jesuíticas, em 1759 o Marquês de Pombal decretou a expulsão dos jesuítas, começando um novo período, o Pombalino, que foi de 1759 a 1777. Com isso houve o desmoronamento da estrutura educacional da Companhia de Jesus, acarretando à regressão

de todo o sistema educacional brasileiro. Em 1772 houve mudanças na Educação no Período Pombalino, com a inserção do Ensino Público Oficial.

[...]A Coroa nomeou professores, estabeleceu planos de estudo e inspeção e modificou o curso de humanidades, típico do ensino jesuítico, para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas, como ocorrera na metrópole. [...]As vantagens proclamadas pelo ensino reformado decorriam da intenção de oferecer aulas de línguas modernas, como o francês, além de desenho, aritmética, geometria, ciências naturais, no espírito dos novos tempos e contra o dogmatismo da tradição jesuítica. (ARANHA, 2006, p. 198).

Por volta de 1808, devido a conflitos da Corte Portuguesa com Napoleão, a Família Real foi para a colônia, sob proteção da Inglaterra. A cidade do Rio de Janeiro, anteriormente calmo, precisou adaptar-se rapidamente ao grande número de cortesãos que tomaram conta de suas casas e ruas. Vila Rica, Salvador e Recife também sofreram devido às novas exigências administrativas.

Com a vinda de D. João VI, o Brasil passou por modificações importantes: a abertura dos portos e a revogação do alvará que proibia a instalação de manufaturas significaram, de certa forma, a ruptura do pacto colonial. Eram alguns passos sugestivos em direção à Independência, embora tenha ficado nítida a dependência brasileira ao governo britânico, o que trouxe, importantes transformações culturais como a instalação da imprensa, museu, biblioteca e academias.

Com isso, partindo do Período Colonial, teve muitas restrições e mudanças importantes no Brasil, a busca pelo conhecimento e enriquecimento cultural tornou-se nítida. Após esse período, começa um novo chamado Período Imperial. Pode-se dizer que no século XIX ainda não havia uma política de educação sistemática e planejada. As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos, sem vê-los como um todo. Quando a Família Real chegou ao Brasil, as aulas régias do tempo de Pombal predominavam, o que obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores, a fim de atender às necessidades do momento. Além dos ajustes administrativos necessários, houve a inserção das atividades culturais, antes inexistentes ou simplesmente proibidas. Tais iniciativas estavam de acordo com o Movimento Iluminista que já amadurecera na Europa, podendo assim mostrar transformações culturais e criação de Cursos Superiores de forma muito grandiosa.

Foi após a proclamação da República que os grupos escolares começaram a ser instituídos e intensificaram-se as discussões pedagógicas já iniciadas no período pré-republicano. Com a queda da monarquia em 1889, começou a Primeira República, que durou até 1930. Neste contexto do século XX houve mudanças significativas e diante de tal momento havia uma sociedade complexa, por isso a grande necessidade da implantação de um sistema de educação conveniente, antecedido por

rigorosas reflexões sobre seus fundamentos e objetivos. Com isso, idealizou-se a Escola Nova, que surgiu na tentativa de superar a escola tradicional excessivamente rígida.

Durante o período da Primeira República houve a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e somente após seu fim é que houve mudanças no modelo econômico agrário-exportador. Em 1929, ocorreu a Queda da bolsa de Nova York, o que afetou vários países, e em especial no Brasil originou-se a crise do café, de certo modo, acabou beneficiando o país por provocar uma reação dinâmica ao estimular o crescimento do mercado interno e a queda das exportações, o que resultou em maior oportunidade para a indústria brasileira. Aranha (2006), fala que:

[...] com a Revolução de 1930, que aglutinou grupos de diferentes segmentos sociais e econômicos e de diversas tendências ideológicas: intelectuais, militares, políticos, burguesia industrial e comercial, além de segmentos da classe média. Desta situação aproveitou-se Getúlio Vargas para se tornar chefe do governo provisório. A fecundidade de debates no início da década arrefeceu com o golpe do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945. Esse governo, centralizado e ditatorial, sofreu influência das doutrinas totalitárias vigentes na Europa (nazismo e fascismo). O forte controle estatal imprimiu o crescimento à indústria nacional, com incremento da política de substituição de importações pela produção interna e implantação de uma indústria de base, como a siderurgia. (ARANHA, 2006, p. 316-317).

Em 1964, ocorreu o Golpe Militar, desapareceu o estado de direitos, partindo da expulsão e do rompimento dos partidos governamentais, e a implantação das forças governamentais centradas pelos militares. Segundo Aranha (2006), as manifestações foram contidas, houve cassação de direitos políticos, prisão, tortura, assassinato e todo tipo de repressão.

A partir da década de 1960, a política educacional da Ditadura Militar reafirmou a “dominação burguesa” viabilizada pela ação dos militares. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, remete-se sobre a definição e a regularização do sistema educacional brasileiro com base nos princípios da Constituição de 1934. Suscitou a doação de bolsas bem como investimento de recursos na ampliação do sistema público e também da iniciativa privada mediante subsídios financeiros. A referida lei previa também uma espécie de colaboração entre os federados, União, Estado e Municípios. Sua Reforma 5.692 de 1971 tinha por objetivo colocar o sistema educacional de acordo com os interesses do Estado Capitalista Militar. Diante disto, o Governo Militar brasileiro firmou parceria de financiamento para a educação a partir de 1964, “a USAID e o MEC firmaram o primeiro Acordo, denominado de Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Primário no Brasil. Os Acordos abrangeram todos os níveis de ensino: o primário, o secundário e o superior”. (NOGUEIRA 1999, p. 92).

Porém, o que se observa na sequência deste acordo é o início de uma crise que se instalaria na Escola Pública Brasileira. Devido à falta de uma política educacional, o Ensino Primário sofreu com altos índices de evasão e repetência. Em contrapartida, o Ensino Médio e Superior foram os que receberam os maiores investimentos. Não se pensava, naquele momento, no reflexo que poderia ocasionar posteriormente, a falta de uma política própria para o Ensino Primário. Somente com a Constituição de 1967, a ampliação da escolaridade passou a ser obrigatória, e uma lei específica foi incluída nos planos educacionais consistindo, assim, uma hegemonia. No entanto, a extensão do ensino, assim como a obrigatoriedade, tinha relação direta com o desenvolvimento do país, pois, para o Estado, o analfabetismo e a baixa escolaridade do “cidadão” não seriam condizentes com tal desenvolvimento. Assim, o Estado promoveu uma aparente igualdade de oportunidades, disfarçando as desigualdades e “interessando-se” pelo ensino de 1º e 2º graus. Ao final da década de 1960, o Governo Militar fez a reformulação da Lei 5540/68 e alguns ajustes à LDB 4024/61, por meio da Lei 5692/71. Segundo Germano (1994, p. 164), [...] a Lei 5692/71 apresenta dois pontos fundamentais: a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

A Lei 5692/71 reformulou a estrutura e a organização do ensino de 1º e 2º graus, porém não houve alterações nos objetivos gerais da educação da Lei 4.024/61. A estrutura reformulada expunha como objetivo do 1º grau, “a formação da criança e do pré-adolescente, com diversificação de métodos e conteúdos, respeitando as fases de desenvolvimento dos alunos” (BRASIL, n.p, 1971). Cabe ainda ressaltar que, durante a elaboração das novas diretrizes para a educação, não se encontrou oposição dos partidos políticos. A lei foi bem recebida, pois atendia aos anseios políticos e principalmente econômicos daquele momento, e o Regime Militar não deixou brechas para isso.

É que a oposição estava desbaratada e silenciada, restando escassos elementos que cumpriam o papel de legitimar o regime, que assim podia manter sob disfarce formal seu caráter ditatorial insistindo em se proclamar democrático ainda que a preservação da democracia só tenha sido possível pela sua conversão em ‘democracia excludente. (SAVIANI, 1999, p. 121).

Com a redefinição do papel do Estado e pelo monitoramento das agências de financiamento internacionais, as proposições para a área educacional foram delineadas e implementadas no corpo da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Amparado nas novas tendências que o processo de modernização impunha ao país, o ideário orientado para o mercado, produção e

consumo, é incorporado à proposta educacional, que tomava outras proporções além do ensino em si, ou seja, ensino se transformando em mercadoria, já que a partir de tal momento a escola assume um novo papel na sociedade, tomando um novo direcionamento quanto aos padrões educacionais.

[...] exigiria da educação a definição de novo papel para a escola e um novo padrão de gestão educacional, em que a racionalidade e os critérios de mercado passassem a construir novos referenciais de competências administrativas e pedagógicas para as escolas e os sistemas de ensino (ARELARO, 2000, *apud*, CASCAVEL, 2008, p. 100).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, ocorreu em clima de redemocratização com o fim do Período Militar autoritário. Dessa forma, a atual Lei quebra com a tradição não democrática daquelas que a precederam e ocorre um grande debate na sociedade para discutir quais seriam os rumos a serem traçados para a educação no Brasil. Alguns itens da LDBEN Nº 9.394 de 1996 tiveram mais destaque, no que se refere ao Ensino Fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...] § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem[...] Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola [...] § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL,1996, p.11).

Segundo o artigo 32, p.11 da referida Lei, o Ensino Fundamental deve ter “[...] duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública [...]”. A expressão “duração mínima” possibilita que ocorra uma ampliação do Ensino Fundamental. As pretensões educacionais para o país continuavam em vigor e materializaram-se no amplo processo de discussão do novo Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se iniciou entre 1988 e 1989, para ser mais claro com a oficialização da Constituição de 1988, a qual tornava a educação um direito de todos, e deu outra realidade a educação brasileira. Assim, na correlação de forças que se imprimiram ao longo do

processo de tramitação dessa Lei, diferentes interesses se interpuseram e redefiniram os rumos a serem seguidos pela Educação.

Na segunda metade da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96, o Ensino de Primeiro Grau passa a ser denominado de Ensino Fundamental, compreendendo as mesmas oito séries. Um ano após a promulgação da LDB 9.394/96, o Governo Federal coloca em circulação os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais para o primeiro ciclo: 1ª e 2ª séries, e segundo ciclo: (3ª e 4ª séries) da escola fundamental. Este documento é direcionado a toda a nação com o objetivo de servir de parâmetro, um referencial mínimo para escolha de conteúdos e práticas metodológicas, resguardando a liberdade e autonomia de cada localidade no fazer pedagógico.

Tendo tais documentos a nível nacional, se faz extremamente importante que cada região tenha algo mais voltado às suas especificidades, características do seu público, da sua localidade e suas necessidades. Para isso, foram elaborados, em alguns municípios, Currículos pré destinados, como por exemplo na região de Cascavel –PR. Observa-se o Currículo Básico Para Escola Pública Municipal da Região Oeste do Paraná, e mais específico ainda, destinado a cidade de Cascavel – PR, Currículo para Rede Pública de Cascavel. Este documento é resultado de muito estudo e discussões envolvendo os grupos de sistematização, as escolas e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). É expandido em três volumes: Volume I – Currículo para a Educação Infantil; Volume II – Currículo para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Volume III – Currículo para a Educação de Jovens e Adultos – Fase I. Neste momento iremos utilizar o Volume II, que apresenta uma compilação dos documentos oficiais que servem como base para elaborações regionais, abrangendo todas as disciplinas as quais constam no Currículo Municipal de Cascavel. Para os Anos Iniciais, as disciplinas que comportam esta modalidade são assim definidas e especificadas:

A Arte tem como função social na escola propiciar aos alunos o saber e a apropriação do conhecimento estético, inserido num contexto sócio histórico que reflete e possibilita transformar o real concreto, produzindo novas formas de ver e sentir o mundo, os outros e a si próprio.

No contexto escolar, entendemos que o objeto de estudo do ensino da Arte são os conteúdos específicos contemplados nas diferentes linguagens artísticas em determinado tempo e espaço, historicamente construídos pelo homem (DENARDI, 2007, *apud*, CASCAVEL, 2008). As atividades artísticas desenvolvidas em sala de aula podem ser trabalhadas por meio das seguintes técnicas de ensino: atividades lúdicas, vivências coletivas, discussões, debates, leituras, leituras audiovisuais, apreciações críticas de eventos artísticos e trabalhos individuais e coletivos. Esta proposta curricular,

pautada no método materialista histórico dialético, contempla os seguintes elementos: as múltiplas relações, a totalidade, a contradição, a interdependência, a noção de desenvolvimento enquanto movimento (processo com início meio-fim) e não como fase ou estágio de desenvolvimento (evolucionismo), o conhecimento, a produção e o aprofundamento do saber a partir da práxis (unidade teoria-prática), a crença de que a materialidade se transforma, a postura ativa e questionadora e a oposição às ideias dogmáticas e evolucionistas (nas quais o desenvolvimento precede a aprendizagem) (KONDER, 1981, *apud*, CASCAVEL, 2008).

A avaliação em Arte tem uma função diagnóstica, O professor possui a função de avaliar o processo ensino-aprendizagem com dos pressupostos que orientam sua prática pedagógica. Segundo Denardi (2005), a avaliação ocorre durante o processo de reflexões e desenvolvimento do trabalho artístico, na relação interdependente entre aluno-professor-conhecimento artístico, envolvendo o - contexto histórico/social/cultural.

A disciplina de Ciências parte do pressuposto de que a natureza é transformada pela ação dos seres humanos e neste processo histórico ocorre a produção do conhecimento. Assim, salientamos que o ensino de Ciências tem por objetivo a socialização do conhecimento científico historicamente acumulado pelos homens.

A prática pedagógica não deve ser limitada às atividades de identificação, observação, constatação, descrição, comparação em si mesmas. Ao trabalhar o conteúdo, deve-se partir do todo para as partes e das partes para o seu todo, relacionando os eixos e conteúdos fixados nesse documento que embasa a execução das atividades. A avaliação deve ser compreendida como um recurso útil e necessário, que visa subsidiar o professor na elaboração e implementação do trabalho pedagógico, detectando o nível de apropriação alcançado pelos alunos.

Segundo, Daolio (2004, *apud*, CASCAVEL, 2008, p. 207) a Educação Física passa a ser uma área que considera o homem como autor de sua cultura relacionada aos aspectos corporais, considerada como parte da cultura humana., abrangendo a área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento, oportunizando o aluno para que este explore sua capacidade de movimento, domine seu corpo, experimente ações motoras em várias e novas situações, com ritmo variados, respeitando a heterogeneidade existente na escola. A Educação Física escolar tem como desafio ser percebida como um componente curricular, com a mesma importância das demais disciplinas, e entendida como área do conhecimento que compreende as manifestações biológicas e culturais do homem numa relação de dialeticidade e contradições. O ato de avaliar implica primeiramente no acolhimento da realidade do aluno em sua totalidade, no estado

em que esteja sua formação, para posteriormente auxiliá-lo no processo ensino-aprendizagem. O professor como mediador deve ressaltar aos alunos as diferenças existentes entre eles, e que estas diferenças não tornam uns melhores que os outros e não interfere na apropriação do conhecimento.

Assumimos que o “objeto de estudo da Geografia é o espaço, compreendido como uma realidade relacional, composta por um sistema de objetos e um sistema de ações,” (SANTOS 2006, *apud*, CASCAVEL, 2008, p. 227). Compõem o sistema de objetos aqueles naturais (rios, vegetação, montanhas, rochas, clima, entre outros) e os produzidos pelos seres humanos (ruas, ferrovias, praças, entre outros). Por sistema de ações entende-se o conjunto de atividades humanas que, por meio de diferentes técnicas e níveis de desenvolvimento tecnológico, alteram as relações Homem - Meio e, portanto, as paisagens. É na dialética entre o sistema de objetos e o de ações que as paisagens e os arranjos espaciais são criados e transformados.

Portanto, a Geografia escolar deve ter como objetivo ensinar os alunos a compreenderem os arranjos espaciais produzidos pelas relações Homem - Meio. Neste sentido, “[...] o ponto de partida para esse processo é a identificação dos elementos concretos no espaço, presentes em situações, escalas, lugares e tempos extremamente diversos”. (PEREIRA 2003, *apud*, CASCAVEL, 2008 p. 20) Quando se fala em avaliar, é necessário ter clara a concepção pedagógica que norteia esta proposta de ensino.

Dentro desta perspectiva pedagógica, é possível usar a avaliação da aprendizagem, no verdadeiro significado de avaliação, como o ato pelo qual qualificamos a realidade, a partir de dados relevantes, para uma forma de decisão sobre o que está ocorrendo, na perspectiva de proceder a uma intervenção e melhorar os resultados dessa situação (LUCKESI, 2005, *apud*, CASCAVEL, 2008, p.84).

Quanto aos objetivos mais relevantes no estudo da História é a constituição da “identidade social do estudante, fundada no passado comum de seu grupo de convívio, mas articulada à história da população brasileira” (BRASIL 1997a, p. 32, *apud*, CASCAVEL, 2008, p.258). O estudo dessa disciplina tem como objeto o estudo das ações/experiências humanas vivenciadas pelos grupos e classes sociais através dos tempos, enfatizando as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, marcada por conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais. Autores destacam a posição de alguns especialistas em Didática da História que apontam quatro possibilidades que indicam uma aprendizagem propriamente histórica. Conforme Ranzi e Moreno (2005):

- 1) A verificação do quanto o aluno aprendeu do conteúdo trabalhado em sala pelo professor;
- 2) os conhecimentos factuais ou particulares;
- 3) o pensamento histórico,

que, em última análise, se diferencia de interpretações que tentam de forma aligeirada ou espontânea representar o passado; e 4) A compreensão dos usos sociais e culturais que são feitos da História. (RANZI e MORENO, 2005, p.1, *apud*, CASCAVEL, 2008, p. 287).

Ainda que os métodos avaliativos utilizados em sala de aula sejam semelhantes para todas as disciplinas, os objetivos a serem avaliados diferem-se conforme as áreas do conhecimento. Portanto, é necessário compreender e identificar pedagogicamente quais as principais operações intelectuais que merecem ênfase para o aprendizado da história.

A língua tornou-se um meio em que se pode chegar a todos os lugares e fazer com que a comunicação entre os seres se torne viável, e para todos. Os alunos da classe trabalhadora necessitam aprender a dominar essa forma de falar e escrever para se apropriarem dos conteúdos historicamente produzidos, e assim poderem participar dos contextos em que se exige tal domínio, podendo, desta forma, dialogar igualitariamente com os discursos produzidos pelas diversas formas de poder.

A Língua Espanhola nos anos iniciais, tem como objetivo trazer ao aluno um pouco sobre nossa história e localidade, já que temos tal língua nos países mais próximos ao Brasil. A disciplina de Língua Estrangeira não deve ser pensada ou encaminhada diferente das outras disciplinas do currículo escolar, pois ela tem o mesmo objetivo, que é o da apropriação de conteúdos científicos pelos alunos da escola pública. Estes conteúdos, neste caso, referem-se às culturas e aos conhecimentos de tudo o que significa esta nova língua. Reiterando que esta língua do outro, com o transcorrer do tempo deixará de ser uma língua alheia e estranha para tornar-se uma língua próxima e conhecida. Tendo como forma de avaliação um processo e não um fim, ou seja, uma avaliação formativa, que tenha como objetivo acompanhar o ensino e a aprendizagem. Este processo indicará as ações realizadas pelos alunos e professores, os instrumentos utilizados, que servirão para a reflexão do trabalho desenvolvido, quais os avanços e quais os pontos a serem retomados.

É fundamental a compreensão da linguagem como espaço por meio do qual o sujeito analise e compreenda as contradições que perpassam os contextos nos quais está inserido. Considerando essa perspectiva, a linguagem permite ao sujeito a possibilidade de refutar discursos herméticos, uma vez que por intermédio dela é possível elaborar/ reelaborar o conhecimento, considerando o caráter dialético. No o processo inicial de alfabetização, o professor deve assegurar ao aluno a leitura e contato com textos imagéticos (ilustrações sem legenda), porém, ocorrerão momentos em que o professor fará a leitura convencional enfatizando a fluência, o ritmo e a entonação ao ler os textos, recursos fundamentais para a compreensão do que fora escrito variando dentro das faixas etárias.

Quando se fala de avaliação na Língua Portuguesa tal tema se torna mais complexo, já que trata da oralidade, escrita e leitura os quais serão avaliados cada qual dentro de sua especificidade.

A Matemática, como parte do conjunto de conhecimentos científicos, constitui-se como uma disciplina fundamental, indispensável na construção dos currículos escolares. Tanto que é possível afirmar, com Machado (1987), que:

Em todos os lugares do mundo, independentemente de raças, credos ou sistemas políticos, desde os primeiros anos de escolaridade, a matemática faz parte dos currículos escolares. [...] Parece haver um consenso com relação ao fato de que seu ensino é indispensável e sem ele é como se a alfabetização não se tivesse completado. (MACHADO, 1987, p.8, apud, Cascavel, 2008, p. 269).

Cabe então, discutir o ensino desta disciplina como parte deste currículo e o reconhecimento de sua especificidade na construção do conhecimento humano. O professor deve proporcionar condições básicas aos alunos para apreensão dos conceitos matemáticos para que possam assumir atitudes de agentes de transformação da sociedade. Neste sentido, o fazer pedagógico é um ato intencional e planejado, baseando-se em tais conteúdos matemáticos que neste currículo apresentam-se em quatro eixos: números, medidas, geometria e linguagem da informação, essencial para o professor. Além disso, a avaliação no ensino de matemática pode assumir um caráter diagnóstico, com a finalidade de subsidiar o trabalho do professor nos limites ou dificuldades do aprendizado dos alunos e um caráter processual com o objetivo de rever e reformular a sua prática pedagógica, caso os avanços não tenham sido satisfatórios.

O Ensino Religioso, como disciplina, tem como pressuposto contribuir para a formação de pessoas que buscam qualidade de vida em sociedade, constituindo-se isso num dos princípios do processo educativo, de forma a contrapor-se à sociedade de exclusão, permeada pelos preconceitos e alienação. Nesse aspecto, a leitura dialética da realidade efetiva-se como uma possibilidade de compreender os elementos contraditórios presentes na sociedade, a diversidade de relações e, principalmente, os elementos de unidade possíveis à construção de uma sociedade justa, fraterna, igualitária, solidária, digna, em que o respeito ao princípio de liberdade seja considerado como busca e decisão coletiva.

A avaliação de tal disciplina se dará nas práticas desencadeadas pelo processo educativo escolar e no cotidiano social, o lugar de análise a respeito das contribuições dos temas discutidos. Assim como as demais disciplinas que integram o Currículo Básico para a Escola Pública Municipal da Região Oeste do Paraná, o Ensino Religioso presume-se um processo avaliativo que oportunize a

investigação sobre o é assimilado pelos alunos, a fim de que o educador possa intervir em tal circunstâncias que se apresentarem como necessárias.

O PCN - Parâmetro Curricular Nacional (1997) está comprometido para uma educação que forme indivíduos para a cidadania. Para termos uma educação voltada para a formação de cidadãos, precisamos de alguns princípios como dignidade, igualdade, participação e a corresponsabilidade pela vida social. Se baseando nesses princípios na atividade escolar, os educandos irão ter uma primeira experiência com a cidadania. Atualmente, os currículos apresentam disciplinas tradicionais, não são suficientes para formar um cidadão reflexivo. Para que essa formação ocorra concretamente, seria interessante a implementação do estudo de uma outra disciplina como os Temas Transversais, que envolvem o estudo de conteúdos sobre a Ética, Meio Ambiente, Pluralidade, Cultural, Saúde, Orientação Sexual e Temas Locais, os mesmos devem ser trabalhados com plano conceitual, procedimental e atitudinal.

A palavra Ética significa viver bem, respeitando regras, em harmonia com as demais pessoas da sociedade, em resumo a ética é a reflexão sobre as condutas humanas, fazendo juízo de valores, separando o que é certo do errado. O objetivo principal em trabalhar a ética nos Temas Transversais com os educandos é o desenvolvimento dos mesmos da autonomia moral. E para esse seguimento chegar com eficiência aos alunos, há quatro eixos a serem trabalhados que são: respeito mútuo, justiça, dialogo e solidariedade, e devem ser enfatizados com o ensino atitudinal, oferecendo experiências ao aluno sobre os conteúdos citados acima.

A sociedade brasileira é conhecida com uma sociedade em que há muita pluralidade cultural, por haver diferentes grupos e culturas. Há também a pluralidade nos grupos sociais como por exemplo os grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros). No contexto escolar, fica o desafio de ensinar está pluralidade, não somente o conceito, e sim a ter respeito sobre todos os tipos de grupos sociais, culturais e étnicos, promovendo ações que combatem a discriminação.

No conteúdo direcionado ao meio ambiente, os seres humanos, as relações econômicas, e as relações sociais e culturais constitui uma ligação direta com o meio ambiente. Quando falamos de metas perante esse conteúdo, abrangemos temas como: o crescimento cultural, qualidade de vida, equilíbrio ambiental, entre outros. São essas metas que tem uma correspondência com a sustentabilidade, e precisam mostrar ao educando a importância dessa sustentabilidade. É por meio da conscientização para preservação do meio natural que se realiza a sustentabilidade. E para que isso ocorra, precisa-se de um trabalho em equipe de todos aqueles citados anteriormente.

Em relação com a qualidade de vida pode-se interdisciplinarizar com o próximo tópico que se refere a saúde, que nos Temas Transversais discorre de a importância da instituição escolar trabalhar hábitos saudáveis e a valorização de um ambiente saudável. Tudo que está no material do meio ambiente se relaciona com a saúde, em vista disso os PCN's comentam que para observar o nível de saúde das pessoas a sua volta, basta refletir a maneira e o ambiente em que elas vivem. O real desafio das instituições de ensino perante a este teor é a conscientização dos alunos na valorização e compreensão da saúde como autocuidado, direito, responsabilidade social.

Para a inserção do próximo tópico, a orientação sexual nas instituições escolares, necessita-se de uma intervenção pedagógica, e que seja realizada durante as atividades educacionais realizadas pelo educador, problematizando questões relacionadas às posturas, crenças, tabus e valores desta questão sexual, para o esclarecimento dos educandos. A tal orientação pode-se dar a partir de alguns eixos propostos pelos documentos (PCN's) como corpo humano, relações de gêneros e as prevenções contra a DST (Doença Sexualmente Transmissíveis) /AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

E um último tópico comentado nos Temas Transversais são os temas locais que são definidos nos âmbitos de Estado, Cidade e/ou Instituição de Ensino onde o educando vive. Outro ponto importante é a valorização da identidade local, incluindo na proposta pedagógica a comunidade, deixando a mesma conjuntamente com os alunos participarem para a identificação do tema que será trabalhado. Esta inserção da comunidade no âmbito institucional é bastante relevante para que a relação de ensino/aprendizagem seja significativa para o educando.

Portanto, vale ressaltar que cada disciplina, com suas características únicas, seja ela curricular ou temas transversais, todas fazem alusão ao transformar a criança em um cidadão de bem e a par das situações as quais permeiam sua vida e sociedade. Não é possível determinar qual matéria seria mais importante para o conhecimento científico, pois analisando individualmente podemos ver que de certa forma todas estão interligadas, visto que os educadores necessitam fazer essa interdisciplinaridade. Assim, entende-se que todas as disciplinas precisam ser estudadas e cada uma tem sua importância na grade curricular do indivíduo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a tantos desafios apresentados pela sociedade e educação, entende-se o real fundamento do Estágio Supervisionado. Este é o momento de aproximação entre prática/teoria, do

futuro profissional docente com a escola, com o cotidiano em sala de aula e com as práticas pedagógicas e a interação entre toda comunidade escolar. No entanto, não podemos crer que somente a graduação, formação inicial, será capaz de formar um profissional de educação pronto para esses desafios, competências e habilidades necessárias para atuar em quaisquer contextos que tenha contato durante sua atuação profissional.

É de suma importância que em tal profissão haja um comprometimento cada vez maior com a inovação, a reflexão e a tomada de decisões frente a complexidade e individualidade dos casos e do processo educacional como um todo. Devemos buscar formações continuadas e profissionalização. Dessa forma o professor deve-se aprimorar, ser um pesquisador ativo de sua prática, fazer uso de competências, estratégias e toda forma de conhecimento possível, de maneira a estar preparado para lidar com o instável, o contraditório e o novo. Estabelecer então uma relação de confiança com protagonista do ensino, seu aluno.

Deve-se ter claro que o conhecimento por si só não é o único objetivo suficiente na prática docente. Faz-se necessário estabelecer relações que envolvam o aluno por completo no processo ensino/aprendizagem. São necessários uma série de saberes para que tal processo caminhe com eficiência, são eles: compreensão, motivação, empatia, competência com o aluno, com o processo e com sua prática docente. Paciência e criatividade são pontos chaves para a concretização de metas, e para a real eficiência do processo pedagógico.

Assim, é preciso fazer com que os alunos atinjam uma construção significativa de conhecimento e do que aprendem. Novos desafios são necessários para formar e formar-se enquanto profissional reflexivo, autônomo, capaz de compreender a realidade em que atua e seu papel nesta realidade. Além disso, este novo profissional, formado em um e para um contexto de mudanças, precisa colocar-se na condição de agente transformador da realidade na qual atua.

REFERÊNCIAS

AMOP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.**

Cascavel, PR: ASSOESTE, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** São Paulo: Moderna, 2006.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990.** In: KRAWCZYK, Nora, CAMPOS, Maria Malta, HADDAD, Sérgio (orgs). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia.** Brasília, DF, 1997 (a)

BRASIL. **Lei Nº 5.540** de 28 de dezembro de 1968. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
[planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.274** de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 18 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 5.692** de 11 de agosto de 1971. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 20 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 16 de ago. 2019.

BRASIL, **Lei Nº 11.788**, 25 de setembro de 2008, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 17 de ago. 2019.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Apresentação Dos Temas Transversais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 23 de ago. 2019.

CASCAVEL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **Currículo para Rede Pública Municipal de Cascavel**. Cascavel: SEMED, 2008.

DAOLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1995.

DENARDI, C. **A formação inicial do professor de Música no Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1961-1996)**. Curitiba, Paraná: 2005, 2006, 2007. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido, **Estágio e Docência**. 7°. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares, 2005.

MACHADO, N. J. **Matemática e Língua Materna: análise de uma impregnação mútua**. São Paulo: Cortez, 1987.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Edunioeste, 1999, Cascavel-Pr.

PEREIRA, Flávio. A cultura no ensino de LE: subsídios para uma discussão. In: FERRARI, Ana Josefina (Org.). **Ensaios de língua e literatura hispano-americana**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003, p. 9-22.

PIMENTA, Selma Garrido, **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teórica e Prática**. 2°. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RANZI, Serlei Maria Fischer e MORENO, Jean Carlos. **A Avaliação em história nas séries iniciais**. UFPR, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica – Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. São Paulo, Autores Associados/HISTEDBR, 2000.